

Mais de R\$ 8 milhões em gastos irregulares

RODRIGO GAVINI - 31/10/2013

O valor é quase três vezes maior do que as sanções aplicadas em 2012, que ficaram em R\$ 2.943.484, segundo o Tribunal de Contas

Pedro Callegario

Durante todo o ano de 2013, o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES) condenou gestores capixabas a devolver aos cofres públicos R\$ 8.772.048,17 devido a irregularidades em gastos públicos. O valor é quase três vezes maior do que as sanções aplicadas em 2012, que ficaram em R\$ 2.943.484,37.

Além disso, prefeitos, vereadores, secretários e outros ordenadores de despesas do Estado ainda foram condenados, em 2013, ao pagamento de multas R\$ 770.321,00 por conta das irregularidades. O valor também é superior aos dados de 2012, quando a quantia ficou em R\$ 255.100,00.

Segundo o conselheiro e até ontem presidente em exercício da Corte, Carlos Ranna — Domingos Taufner já foi empossado, mas só assume hoje —, o aumento dos valores das condenações dos gestores ocorreu devido a medidas de qualificação e critérios técnicos adotados pelo Tribunal.

“O Tribunal vem melhorando a cada ano. Qualificamos melhor nossos auditores. Temos liberdade de atuação. Estamos trabalhando de acordo com normas e padrões internacionais, com impessoalidade e imparcialidade”, afirmou.

“Tratamos da mesma maneira um gestor famoso, uma prefeitura que tem dinheiro, como um gestor mais desconhecido, mais humilde. O resultado é esse. Os ressarcimentos, infelizmente, aumentaram”, acrescentou.

Ainda segundo Carlos Ranna, outro fator que colaborou para o aumento na quantidade das sanções foi o fato de mais processos terem passado pelo plenário para julgamento. Foram 19 mil neste ano, contra 10 mil processos que deram entrada na Corte.

Embora seja alta a quantidade de dinheiro que deve retornar aos cofres públicos, Ranna explicou que há uma dificuldade de se fazer a cobrança.

“A dificuldade de se cobrar dinheiro desviado é muito grande, embora exista um movimento hoje em se focar nos ressarcimentos que são maiores”, destacou o conselheiro.

“Tratamos da mesma maneira um gestor famoso como um mais desconhecido, mais humilde”

Carlos Ranna, conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo



RANNA disse que critérios técnicos contribuíram para aumentar os valores

Prevenção para evitar dano

Além de intensificar a fiscalização dos gastos públicos, o conselheiro Carlos Ranna — que até ontem era o presidente em exercício do Tribunal de Contas — explicou que a Corte vem atuando de forma preventiva para evitar danos.

Somente em 2012, ações preventivas, como a concessão de medidas cautelares para suspender licitações antes de serem celebradas, permitiram economia superior a R\$ 300 milhões.

Em 2013, foram concedidas 50 medidas cautelares, sendo que outras 76 não foram acatadas. “As

cautelares têm uma função importantíssima que é evitar que o gestor erre. Evitar que o erro aconteça e se propague. Sem dúvida, foi uma ferramenta importantíssima de economia para os cofres públicos”, disse Ranna.

Ele ainda destacou que durante a gestão foram contratados 40 novos auditores por meio de concurso público e outros 25 serão contratados para a área administrativa. “Para os próximos anos, as expectativas são das melhores possíveis, porque as bases são sólidas para o Tribunal seguir”, finalizou.

ADRIANO HORTA - 17/10/2012



TRIBUNAL DE CONTAS: 40 novos auditores contratados por meio de concurso. Outros 25 vão atuar na área administrativa

RAIO X

DADOS	2011	2012	2013
Multas	Não informado	R\$ 255.100	R\$ 770.321
Ressarcimentos	Não informado	R\$ 2.943.484,37	R\$ 8.772.048,17
Processos em pauta	Não informado	9.062	10.421
Resoluções/instruções normativas	3	23	17
Medidas cautelares	49	87	126

FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS